

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A LAUAK, multinacional francesa do setor aeronáutico, iniciou um processo de despedimento coletivo de 200 trabalhadores nas fábricas de Setúbal e Grândola, 164 em Setúbal e 36 em Grândola, que estará concluído até ao fim de julho e que irá abranger nalguns casos, casais e famílias inteiras.

Devido à forte procura de encomendas, esta multinacional, que tem como cliente a AIRBUS, gigante europeia da aeronáutica, fez em 2019, um investimento de 32 milhões de euros para a sua nova unidade em Grândola. Este investimento contou com apoio público através do Programa Operacional COMPETE 2020, conforme Despacho n.º 8141/2019, de 16 de setembro de 2019, no qual se destaca que:

- Era um projeto que contribuiria para o desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional, setor considerado estratégico para a economia nacional;
- A implementação da unidade industrial da Lauak Grândola possibilitaria a criação de 274 postos de trabalho diretos, 69 dos quais com grau de qualificação correspondente ao ensino superior.

Em virtude deste despacho e candidatura a LAUAK recebeu o apoio de 7,9 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este investimento foi também negociado ao abrigo do Regime Contratual com a AICEP.

Esta é uma empresa com mão-de-obra qualificada que é importante manter, pelo que a redução de postos de trabalho agora prevista, preocupa em muito o Bloco de Esquerda, não se justificando, na nossa opinião, esta medida que irá contribuir para acentuar a atual crise económica, social e de emprego nestes dois concelhos.

Parece-nos da maior incongruência uma empresa receber apoios comunitários e ao mesmo tempo despedir trabalhadores, quando a precondição para a obtenção desses mesmos fundos era precisamente a criação de postos de trabalho.

O Bloco de esquerda considera que este processo de despedimento deve ser interrompido e que devem ser encontradas soluções alternativas para a manutenção dos postos de trabalho, dado que a empresa nem sequer recorreu ao *lay-off*.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, as seguintes perguntas:

1. Tem o governo conhecimento deste processo de despedimento coletivo?
2. Foram tomadas diligências junto da administração da empresa no sentido de encontrar soluções alternativas? Quais?
3. Face aos apoios comunitários recebidos e ao incumprimento da empresa na criação dos postos de trabalho, que medidas vão ser tomadas junto da empresa para a sua responsabilização?
4. Estão a ser desenhadas medidas de âmbito social para os trabalhadores que venham a ser afetados pelo despedimento? Se sim, quais?

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

SANDRA CUNHA(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)